

2.^a
EDIÇÃO

OS
CRIMES
DO VERÃO
DE
1985

MIGUEL D'ALTE



*Para a Sara,
a minha maior aventura*

Salvar

(...)

Salvar qualquer coisa do tempo onde não voltaremos a estar.

ANNIE ERNAUX, *Os Anos*

28 DE AGOSTO DE 1985

Madrugada dos desaparecimentos

O chefe Pratas entrou na sala de comunicações a tremer de frio. Tinha a roupa encharcada, pingava, as botas deixavam pegadas de lama no chão. Pela janela virada para a Praça da Figueira, viu que o Sol começava a nascer: a tempestade passara. Sentou-se à frente do rádio. Com os dedos brancos como os de um fantasma e os ossos gelados, mexeu nos botões e nas frequências. Por fim, puxou o microfone para si e chamou:

— Aqui fala chefe Pratas, comandante do posto da GNR na Ilha do Poço Negro, para o comando central da GNR em Lisboa. Está na escuta? Escuto.

Uns segundos depois, insistiu:

— Aqui fala chefe Pratas, comandante do posto da GNR na Ilha do Poço Negro, para o comando central da GNR em Lisboa. Está na escuta? Escuto.

— Comando central da GNR em Lisboa, prossiga. Escuto — responderam, do outro lado da linha, a voz metálica.

— Falo da Ilha do Poço Negro, posto 47. Estamos sem comunicações telefónicas há algumas horas devido à tempestade. Preciso que fechem todas as ligações da ilha ao continente e que enviem a Polícia Judiciária mal seja possível voltar a navegar. Escuto.

— Qual é a emergência, chefe Pratas? Escuto.

— Tenho duas crianças, de 5 e 8 anos, desaparecidas, e também uma adolescente, de 16, que tomava conta delas. Não sei do seu paradeiro, suspeito de rapto, podem também estar feridas com gravidade. Os pais participaram o ocorrido depois de jantar. No local dos supostos desaparecimentos encontrei sangue e vestígios de luta, mas

nem rasto das crianças. Não sei o que aconteceu, nem quem pode ser suspeito. Passámos a noite a fazer buscas na ilha, sem sucesso. Não conseguimos ver nada com a chuva e com o vento. Escuto.

— Poderão ter sido raptadas e levadas da ilha? Escuto.

— A ilha está fechada desde que a tempestade deflagrou ao início da noite e a isolou, ninguém entrou ou saiu. Creio que ainda cá estão. É preciso procurá-las! Venham depressa!

4 DE MAIO DE 2012

Na Ilha do Poço Negro a vida nunca mais foi a mesma depois dos crimes do verão de 1985. As crianças deixaram de brincar sozinhas na rua, nenhuma janela era deixada aberta, os moradores passaram a trancar as portas de casa, até mesmo durante o dia, enquanto antes estavam abertas para que os vizinhos ou a família pudessem aparecer quando quisessem. Apesar de as autoridades terem reforçado a sua presença na ilha, a desconfiança entre a população permaneceu durante anos, o sentimento de insegurança nunca passou: os habitantes já não se cumprimentavam na rua como era habitual, ninguém era visto a andar sozinho à noite, as pessoas temiam o que se escondia nas sombras. Todos se transformaram em estranhos.

Nesse ano, eu tinha sido contratado pelo jornal local, o *Semanário da Ilha*, o qual empregava mais três pessoas. Tinha 22 anos, acabara a faculdade havia poucos meses. Era um jovem cheio de sonhos que acreditava que poderia fazer a diferença na vida das pessoas através da responsabilidade jornalística de contar a verdade, mas tudo não passava de crenças vãs que cedo viriam a ser derrubadas pelos acontecimentos dramáticos desse verão.

As pessoas ainda hoje param à porta da antiga casa de férias da família Mariz e olham em volta, amedrontadas. Observam a casa de dois pisos, rodeada de um jardim maltratado, hoje praticamente em ruínas, e imaginam o terror do que aconteceu ali, naquela noite. Apesar de o culpado pelos supostos crimes ter sido condenado, os corpos dos filhos dos Mariz e da jovem da ilha, que tomava conta deles, Beatriz, nunca foram encontrados. Desapareceram sem deixar rasto. Nunca descobriram o seu paradeiro, muitas perguntas ficaram

sem respostas. O que aconteceu naquela noite permaneceu um mistério.

O caso agitou o país durante vários meses. Nos dias seguintes aos desaparecimentos, Poço Negro foi inundado de jornalistas, a maioria sedentos por histórias que chocassem (quanto mais horripilantes melhores) e por desvendar segredos obscuros. Apontavam dedos, as vidas dos habitantes da ilha foram despejadas nos jornais, cada recanto daquele pedaço de terra no meio do oceano foi remexido. Eu não fiz diferente e lamento. Por imaturidade, deixei-me levar pela sede de notícias dramáticas que tornassem o meu nome famoso pelo país. Afinal, tinha de aproveitar.

Depois de o caso fechar, recebi uma proposta de um dos melhores jornais de Lisboa. Empacotei as minhas coisas, despedi-me dos meus pais magoados e do meu pequeno quarto, demasiado tosco e infantil, e deixei a ilha para trás. Comecei na redação no fim de janeiro de 1986 e tornei-me rapidamente uma das coqueluches do jornal. A minha importância aumentou na proporção dos casos que cobria. Era tenaz, determinado, não deixava uma pedra por levantar, nem uma fonte por ouvir. Procurei todo o sucesso que obtive. Nessa altura, achava que escrevia para salvar o mundo, hoje percebo que procurava encontrar-me em tudo o que escrevia.

Em 2002, com 39 anos, o meu nome correu o país devido a uma investigação jornalística de um processo de pedofilia que incluía nomes de gente proeminente do país. Foi um processo angustiante, de luta contra o poder e o terror, durante o qual praticamente não dormi ou comi. Emagreci, envelheci, foi nessa altura que os meus cabelos se tornaram grisalhos. Fui alvo de muitas pressões internas e externas, andei demasiado perto do abismo, mas, no fim, a verdade saiu para os jornais e televisões. O país, em choque, seguiu pela televisão as descobertas de meses de trabalho extenuante. Uns meses depois, publiquei também um livro sobre o tema, o qual se tornou imediatamente um dos mais falados e vendidos do momento. Todos queriam saber o que acontecera, os detalhes, os pormenores

repugnantes e indecorosos. Foi considerado, por unanimidade, um grande livro de investigação e catapultou o meu nome para a boca dos portugueses. Recebia inúmeros convites para entrevistas, fui aos programas televisivos da manhã — onde me sentia como um peixe no deserto — e, nos cafés, desconhecidos chegavam-se a mim para falar: «Ademar, essa escumalha devia ir toda presa! Que coragem!» Vivia com voracidade e ganhava bem, era a cara do jornalismo em Portugal. Chegara finalmente ao topo, todavia eu era inocente e ainda não fazia ideia de como é que a descida iria ser. Foi muito dura.

A investigação que me colocou no auge foi também o meu fim. Uns tempos depois, comecei a receber cartas ameaçadoras e telefonemas anónimos a meio da noite nos quais ninguém falava. Do outro lado da linha, ouvia apenas uma respiração pesada, a estática, um sopro que me gelava os ossos. Tornei-me obcecado, via fantasmas, sentia que me seguiam. Na rua, olhava constantemente por cima do ombro. Passava horas a olhar o reflexo dos meus perseguidores invisíveis no vidro das montras, não conseguia dormir; à noite, ficava à janela a olhar para a rua adormecida, à espera de que se viessem vingar do que trouxera a público sobre aqueles anos de terror.

Para me sentir mais seguro, comprei uma arma, um revólver *Beretta* de nove milímetros. Passei a andar sempre com ele na mala ou num coldre escondido ao peito, mas, apesar de me sentir mais protegido, o meu estado demencial não melhorou. Por isso, passei a beber muito, ainda mais, inclusive no trabalho. Também fumava cada vez mais. Chegava à redação a cheirar a álcool e tabaco, a barba por fazer, de olheiras profundas num rosto cada vez mais magro. O meu apartamento era uma confusão: a louça estava por lavar, pilhas de caixas com os papéis da investigação — que não tivera a coragem de arquivar — ocupavam a sala, eram como uma maleita. Tinha livros abertos, espalhados pelos móveis, cinzeiros a abarrotar de beatas deixavam no ar um odor a velho e a ranço. Com o tempo, esse passou também a ser o meu cheiro. A queda foi longa e cruel, progressiva.

Fui despedido em maio de 2010, quando o jornal quase faliu com a crise financeira que abalara o globo. Fiquei a saber que já ninguém comprava jornais, pois preferiam ver notícias gratuitas nas plataformas *online*, mesmo que algumas fossem falsas ou sensacionalistas — ou por esse motivo mesmo. Eu era um dos pesos mortos do jornal, não tivera um único furo jornalístico depois de 2002. Ofereceram-me um acordo para sair pelo meu próprio pé e com algum dinheiro no bolso, e eu aceitei. «Não tenho outro remédio a não ser oferecer-te a porta de saída como solução. Foste um grande jornalista, eras um dos originais. Vinhas do sítio de onde todos os grandes jornalistas vêm. Punhas tudo de ti em cada frase. Em cada artigo, lutavas pela verdade, defendias os fracos e os oprimidos: davas-lhes uma voz. Não sei o que te aconteceu para acabares a uma secretária, ébrio de manhã à noite, sem escrever ou produzir nada, e a ver pornografia no local de trabalho», disse-me o diretor do jornal. E eu concordei.

Arrumei as minhas coisas numa caixa e convidei alguns colegas veteranos para uma despedida no café ao fundo da rua, onde era habitual encontrarmo-nos ao fim do dia para discutir os casos do momento enquanto nos embebedávamos. No fim, depois de demasiadas cervejas e copos de bagaço, promessas de dias melhores, «na próxima semana encontramo-nos aqui à mesma hora, não te vamos deixar sozinho», cambaleei para casa, sem rumo ou destino, sem ninguém à minha espera. Casara em 1990 e divorciara-me em 1993: este era o resumo da minha vida sentimental ou amorosa, como lhe quiserem chamar. Quando, nessa noite, desliguei a luz, o palco estava mais vazio do que nunca.

Procurei trabalho durante quase um ano, mas as redações preferiam contratar estagiários — a quem pagavam muito pouco (ou até nada) — a um jornalista de 48 anos, com um conhecido problema com a bebida, iletrado tecnologicamente e que tivera o seu último sucesso há quase dez anos. De todo o lado vinham os ventos da crise. As empresas fechavam, as pessoas perdiam os seus empregos

e os salários dos funcionários públicos eram cortados sem tréguas. Os impostos subiam, os empréstimos ficavam por pagar, os suicídios aumentavam. Eu via tudo isso da mesma janela de sempre, no meu apartamento cada vez mais encardido, acompanhado de garrafas de vinho ou uísque — dependia do dia —, que aquietavam os medos que ressoavam, sem cessar, na minha cabeça.

Tal como tantos outros jornalistas na mesma situação, podia ter tentado arranjar um emprego num restaurante ou um outro trabalho precário, mas não tive forças para sair do sofá e tentar. Porém, o dinheiro não era infinito. Uma manhã de domingo, despertei de um longo sono e percebi que a verba que recebera de indemnização tinha acabado, pouco sobrava. Mesmo o meu livro, publicado em 2003, já não vendia um exemplar há vários anos, nem recebia os relatórios da editora — os livros que sobravam já deviam ter sido destruídos. Sentindo um ligeiro terror, vendi a mota para ganhar alguma folga financeira. Porém, os meus vícios eram demasiado caros para continuar a viver na Lapa e a renda estava também atrasada. Todas as semanas o senhorio me ligava, mas eu não atendia, só quando estava alcoolizado é que tinha coragem de o enfrentar. Caminhava, havia muito, a passos largos para a ruína.

Sem encontrar outra solução, decidi partir. Arrumei tudo o que tinha no meu velho *Alfa Romeo 146*, de 1997: as roupas, os sapatos coçados, os livros, um velho computador portátil *Macintosh*, os discos, a aparelhagem, uma guitarra elétrica sem cordas e, por fim, as caixas com todos os documentos da investigação sobre o caso de pedofilia e que serviram de base para o meu livro. Ao fim da tarde, sem sequer me despedir do senhorio ou cancelar o contrato — a caução nunca me seria devolvida tal era o estado do local —, deixei para trás o apartamento onde vivera nos últimos 15 anos. Arranquei devagar pelas ruas da cidade erguida do rio, o carro cheíssimo inclinado para trás, e dirigi-me para o cais de Santa Maria de Belém para apanhar o *ferry* com destino à Ilha do Poço Negro. Pela janela aberta, vi a cidade cair nas sombras; os sem-abrigo (cada vez eram

mais) preparavam-se para outra noite ao relento, em algumas esquinas oferecia-se a sopa dos pobres.

Quando o barco partiu em direção ao oceano, saí do carro e encostei-me à amurada. Senti na cara o vento frio. No ar, podia cheirar a maresia noturna misturada com o odor do gasóleo, o barco deixava atrás de si um rasto de espuma. Tive um lampejo de esperança, a fuga libertava-me, tranquilizava-me, o horizonte espantoso era a terra prometida, via aquela partida como um antídoto para o meu falhanço.

Todas aquelas sensações fizeram-me recordar as breves vezes que voltara à ilha já depois de partir para Lisboa. A primeira foi um ano depois, para assistir ao funeral do padre Bernardo, um dos homens mais bondosos que conhecera. Morrera durante o sono, no velho mosteiro situado no topo da colina, já era muito velho. Desamparado, fiquei uma noite em casa dos meus pais e, no dia seguinte, regressei a Lisboa, à minha vida caótica. Cerca de oito meses depois, em setembro de 1987, fui obrigado a voltar à ilha para cobrir a terrível história de um misterioso cadáver de uma criança de 10 anos que dera à costa no fim de uma noite de tempestade. Estava nu, fora espancado com brutalidade e, inexplicavelmente, nunca foi identificado. Depois disso, regressei apenas para visitar os meus pais em alguns natais ou aniversários — não mais do que isso, já nem amigos tinha ali, os poucos tinham partido para o continente e nunca voltado —, as últimas duas para os enterrar, ao meu pai em 1991 e à minha mãe no ano seguinte. A partir daí, deixei de ter qualquer motivo para voltar a Poço Negro, um sítio que levava parte de mim e de todos os habitantes naquele sórdido verão de 1985.

Cerca de uma hora depois, com os seus ares de assombrada, a ilha surgiu recortada no horizonte escuro. O farol iluminava o caminho até ao porto, a água, negra como se tivesse petróleo. Ao que conseguia ver dali, a ilha pouco mudara. Mas, ao contrário desta, eu não era o mesmo. Já não era aquele miúdo que adorava pescar e andar à noite de bicicleta com uma lanterna a iluminar

o caminho, ou que descia a ladeira do lago a correr e se atirava para a água fria. Agora, 27 anos depois, regressava a casa, derrotado. Foi o meu primeiro passo para deslindar o caso que colocou a Ilha do Poço Negro nas capas dos jornais em 1985.

PRIMEIRA PARTE

A VOZ DOS MORTOS

1.

10 DE JULHO DE 1985

Um mês e meio antes dos desaparecimentos

Quando Beatriz chegou a casa vinda do mercado junto ao porto, a mãe ainda dormia no sofá, a respiração pesada. Pousou os sacos de plástico com frutas e legumes na cozinha e dirigiu-se para a sala. Aconchegou-a com a manta fina que, entretanto, caíra, viu na almofada um fio de baba, a fronha amarelada da sujidade. Do chão, apanhou uma garrafa de vinho tinto vazia e levou-a para a cozinha. Ao colocá-la no lixo, ouviu o barulho da garrafa a embater noutra e o habitual esgar de apreensão surgiu-lhe no rosto.

Saiu para o jardim e dirigiu-se para o galinheiro a fim de dar de comer às galinhas. Encheu uma bacia com uma papa de milho e restos de comida, e despejou a mistura nos alguidares vazios. De seguida, voltou para a cozinha, onde lavou as mãos, antes de subir ao quarto para buscar o livro que andava a ler, *O Grande Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald. Com ele na mão, regressou ao jardim e sentou-se numa cadeira de plástico branco, ao sol, o livro aberto no colo. Estava uma manhã fresca, um ligeiro vento vinha do mar e ondulava os ramos das árvores, os pássaros chilreavam, deu-se ao luxo de fechar os olhos e saborear aquelas sensações.

Uns minutos depois, o telefone tocou na sala. De dentro da casa, ouviu a voz zangada da mãe, a reclamar do barulho. Levantou-se e, com passos apressados, entrou. Acalmou a mãe, que se sentara, entretanto, no sofá, o olhar vítreo e perdido, o cabelo desgrehado, e levantou o auscultador:

— Estou?

— Olá, Beatriz! Fala Teresa Mariz.

— Olá, dona Teresa. Que surpresa!

— Como correu o ano? E a escola?

— Correu bem, dona Teresa. Vou começar o décimo primeiro ano em setembro. Como estão o Lucas e o João?

— Cada vez mais crescidos e regulas. Às vezes, pergunto-me se dei à luz crianças ou índios.

— Não diga isso. São amorosos! — disse Beatriz a sorrir. — Já estão de volta à ilha? Este ano vieram mais cedo.

— Chegámos ontem. O meu marido tem assuntos importantes a tratar este verão em Poço Negro, decidimos vir mais cedo.

— Até quando é que ficam?

— Ficamos até ao fim do verão. O meu marido deve ter de ir a Lisboa algumas vezes em negócios, mas as crianças e eu ficamos. Eles precisam de ar puro e de brincar ao ar livre, sair do caos da cidade, afinal, aqui é tão seguro e calmo.

— Porque ligou, dona Teresa?

— Queria perguntar-te se queres tomar conta das crianças alguns dias e noites da semana, como no ano passado?

— Teria todo o gosto. Obrigada por se lembrar de mim.

— Nós é que agradecemos. Estás disponível no próximo sábado às 18 horas? Vamos jantar a casa do presidente da Câmara.

— Tenho de pedir autorização à minha mãe, mas creio que não há problema. Vemo-nos nesse dia.

— Obrigada, Beatriz! Até breve!

— Até breve!

Quando desligou, a mãe olhava-a no sofá.

— O que é que queriam esses presunçosos?

— Querem que tome de novo conta das crianças este verão.

Respondi que sim, que aceitava. Dá-nos jeito o dinheiro, não é?

A mãe resmungou algo em resposta que Beatriz não percebeu. Levantou-se, com passos trémulos, dirigiu-se para a cozinha, quase como uma criança que só agora aprendera a andar.

— O dinheiro dá-nos jeito, sim! — berrou ela, ao longe.

Na sala, Beatriz arrumou a manta no lugar e bateu as almofadas do sofá para as ajeitar. Entretanto, da cozinha, veio o silvo de uma lata de cerveja a abrir. Um remoer zangado. Depois, a mãe chamou-a. Quando entrou no espaço, a mãe segurava o livro que ela estivera a ler no jardim.

— O que é isto? — perguntou, estarelecida.

— É um livro emprestado. Não gastei dinheiro com ele...

— *O Grande Gatsby* — leu, em voz alta, com desdém. — Que chique, um nome estrangeiro! E quem é este? — perguntou, apontando para o nome do autor que não conseguia pronunciar.

— Foi um romancista americano...

— Eu não quero saber! — interrompeu-a, a voz faltando-lhe. — Já disse que não te quero a ler livros, sejam emprestados ou o caralho. Viste o que aconteceu ao teu pai? Tinha a cabeça sempre nos livros e depois aconteceu o que aconteceu. Os livros devoraram-no. Devolve esta porcaria! — ordenou, entregando-lhe o livro.

— Sim, mãe — respondeu, submissa, de cabeça baixa, enjoada com o cheiro adocicado e repugnante que saía da boca dela.

— Preciso que laves roupa no tanque e que a estendas ao sol. Estou cansada para fazer isso hoje — disse-lhe.

— Mas...

A mãe levantou a mão, exasperada.

— Não quero ouvir queixumes. Faz o que te mando! — E Beatriz assentiu.

Pegou no livro e subiu a escada apertada. No quarto, escondeu-o debaixo do colchão, junto de outros. Foi buscar a roupa ao quarto da mãe e regressou ao jardim.

2.

JULHO DE 2012

Vinte e sete anos depois dos desaparecimentos

Antes do verão de 1985, poucos tinham ouvido falar da Ilha do Poço Negro. Era uma ilha de pescadores, pitoresca, sem muito para ver, em forma de pera, no oceano Atlântico, a vinte e cinco quilómetros da costa. A única ligação ao continente era feita através do *ferry*, e a vagarosa viagem demorava cerca de uma hora, terminando em Lisboa.

A ilha estava atrasada no tempo, tinha cerca de doze mil habitantes, a maioria era pobre e analfabeta. Subsistiam essencialmente do trabalho no mar e do comércio de rua, mas também do dinheiro de turistas hedonistas, veraneantes ou lisboetas — com casa de férias ali — que lá passavam os meses de verão, dando emprego às gentes locais. Alguns habitantes criavam também ovelhas e vacas nos campos, outros cultivavam hortas. A praça principal — chamada Praça da Figueira pela árvore que dava sombra aos vários bancos de madeira, nos quais se sentavam os velhos durante a tarde — incluía a bonita igreja de pedra, o posto da GNR, a estação de correios, a escola primária, a taberna da vila, dois cafés, outros estabelecimentos de comércio e algumas casas, as mais antigas da ilha, palacetes, um deles transformado em hotel. A parte norte da praça era rodeada de bairros calmos com casas de madeira pintadas de cores alegres, um jardim nas traseiras e um mais pequeno na frente, onde, antes de 1985, ninguém trancava as portas à noite e as crianças brincavam nas ruas.

Os bairros prolongavam-se até à orla da densa floresta que cobria uma grande parte da ilha — cerca de cem quilómetros quadrados — e percorria toda a imensa colina até à clareira do Mosteiro

de Santo Augusto, qual monólito esquecido, um dos poucos edifícios que sobreviveram ao terramoto de 1755 por estar a várias centenas de metros acima do nível do mar, na parte mais alta da ilha. Para lá chegar, era preciso percorrer o caminho de vários quilómetros que serpenteava montanha acima até ao imponente edifício de estilo gótico, construído em cima de falésias perigosas, esculpidas pelo lento e constante bater das ondas. Dizia-se que, há muitos séculos, a ilha e o seu mosteiro tinham sido um importante ponto no contrabando para a Europa, já que a montanha era percorrida por túneis e masmorras subterrâneas que desembocavam no mar através de grutas escondidas. Mas tudo não passava de lendas. Na floresta, numa zona que fazia um vale profundo, havia também um enorme lago. Durante o dia, viam-se famílias a fazer piqueniques nas margens ou a nadar; à noite, casais estacionavam os carros na margem para namorar ou fazer sexo no banco de trás, protegidos de olhares alheios. No ponto mais a sul da ilha, erguia-se o velho farol vermelho e, no lado este, estava situada a marina com os barcos dos pescadores e a lota. De manhã, era ali também o mercado de legumes e outros produtos que alguns feirantes traziam do continente. Do outro lado, na costa oeste, estava localizada a estação do *ferry*, rodeada por três casas senhoriais do século XIX, agora restaurantes de letreiros insólitos e luminosos.

Pela ilha pareciam não ter passado os grandes acontecimentos da história: a guerra colonial não levava ninguém para África, no 25 de Abril de 1974 uma dezena de militares tinha tomado o posto de GNR, perante o olhar de surpresa dos habitantes, o fim da ditadura não reduzira o analfabetismo ou a fome, a entrada na CEE nada alterara, a queda do muro de Berlim limitara-se a ser comentada na taberna da vila. Era uma ilha esquecida pelo mundo e pelo tempo, qual civilização perdida, onde nevava no inverno e fazia um calor abrasador no verão, como se esta não pertencesse àquele lugar.

Quando regressei à ilha, aos 49 anos, instalei-me na casa dos meus pais, que, na verdade, era agora minha. Herdara-a depois da morte deles, estava localizada na zona oeste da ilha, num pacato bairro residencial, construído nos anos 60, mas nunca lá voltara depois do funeral da minha mãe, em 1992. Nesse ano, dera a chave a uma vizinha e pedira-lhe para tomar conta da casa. Transferia-lhe com regularidade algum dinheiro para os trabalhos de manutenção. Mesmo assim, quando regressei, percebi que os anos tinham passado e a casa estava velha: o papel de parede descolara, as madeiras rangiam, o teto tinha humidade, as frinchas e rachas nas paredes deixavam entrar o vento e o frio. Contudo, com exceção da deterioração estética da casa, o resto estava idêntico ao que me lembrava: a mobília, a decoração, os naperons, a luz das divisões quando o sol batia a nascente e, principalmente, as memórias.

Ao chegar, a primeira coisa que fiz foi abrir todas as janelas e portas e deixar o sol entrar, cheirava a mofo e a espaços fechados. Retirei os lençóis velhos e bolorentos que cobriam os móveis e virei as molduras com fotografias dos meus pais para baixo. Pousei os meus livros nas estantes, enfiei as caixas com os papéis da investigação na garagem e fui ao minimercado comprar algumas provisões. Na rua, as pessoas observavam-me e acenavam-me, surpreendidas por me verem de volta. Era-me difícil passar despercebido, no meu quase um metro e noventa de altura e cara de cidade.

Herdei a altura do meu pai. Era um homem robusto e de rosto sisudo, que por vezes tinha de se dobrar para passar em portas mais antigas. Da minha mãe recebi o mau feitio, mas também a bondade. Ela passava o tempo a queixar-se de tudo e todos, inclusive do meu pai, mas era a primeira pessoa a oferecer ajuda a quem lhe pedisse. A minha mãe cuidava da casa e o meu pai era carpinteiro, o único da ilha. Nunca faltou trabalho, e a mim nunca me faltou nada. Fui para a escola e formei-me com notas razoáveis; não me meti em problemas durante a faculdade, com exceção de algumas noites mais loucas, algumas bebedeiras, drogas leves, sexo sem compromisso,

a nostalgia do fim do curso. Pensando bem, até ao verão de 1985, fui um rapaz quase normal.

Com o tempo, voltei a fazer parte daquele sítio. Durante o dia, lia muito ou ouvia os discos de música clássica do meu pai, caminhava pelas ruas apertadas até à praia — o som da rebentação, a bruma, o cabelo a esvoaçar no vento frio da manhã —; quando estava sol, sentava-me em silêncio no alpendre das traseiras. Fumava muito, bebia muito, como um homem perto do fim da linha. Os dias e as noites passavam, e eu passava o meu tempo a meditar sobre o que tinha sido a minha vida e a tentar perceber como é que esquecera quanto odiava aquela vila pequena e sufocante, onde não havia privacidade, cheia de pessoas que sabiam tudo sobre todos, mas à qual fora obrigado a regressar. Vivia em penitência, como se já não tivesse mais nada para alcançar. O tempo: passara tão depressa em Lisboa, passava tão devagar na ilha; um paradoxo melancólico que me afligia. Será que teria de esperar muito até morrer?

Uma manhã, quando já perdera a esperança de arranjar emprego, fui contactado por um homem de voz agradável. Ligava-me da parte de uma pequena revista de segunda categoria, *A Portuguesa*. Perguntou-me se tinha disponibilidade para assinar uma crónica semanal sobre temas da atualidade, e eu aceitei. Comecei nesse dia. Fui buscar o pesado computador portátil à garagem e pousei-o na mesa da sala de jantar. Passei o resto do dia a martelar um texto sobre uma sociedade suicida e sem escrúpulos, corrupta, que passara décadas a roubar e gastar o dinheiro dos contribuintes e da União Europeia. Escrevi sobre o que presenciara: políticos corruptos, mas carismáticos, decisões erradas, mas estratégicas; o lodo do país; sobre eleitores que não iam às urnas mas assistiam a sábios programas televisivos sobre futebol e a *reality shows*. No fim, enviei o texto por *email*. Uns dias depois, em troca, recebi um cheque por correio. O valor era baixo — mais baixo do que seria antes da crise —, mas ajudar-me-ia a manter à tona. E também a manter-me ocupado. Talvez assim não pensasse tanto no suicídio.

O primeiro acontecimento estranho deu-se numa manhã em que abri a caixa de correio e deparei com um *CD-ROM* enfiado num envelope. Fiquei muito surpreendido, não tinha remetente nem selo, apenas uma nota escrita no próprio disco: «Excerto da conversa com Romeu Cavia.» Há muito tempo que não ouvia aquele nome, era o rapaz — hoje já um homem — condenado no caso do verão de 1985. Ansioso, inseri-o no computador portátil. Continha um ficheiro áudio. Aumentei o volume das colunas para ouvir: «Como é que começaste a consumir drogas? Foi quando entrei para a faculdade e me mudei para o Porto. Não tive média para a Universidade de Lisboa, consegui convencer o meu pai a não me inscrever numa privada, mas sim na Universidade do Porto. Encontrei uma liberdade que nunca tivera. Fiz amigos rapidamente, comecei a sair à noite, ia a bares e discotecas, sítios da moda, mas também a sítios marginais, aterradoures, onde se fumava droga sem vergonha, se passavam garrafas de plástico com líquidos coloridos e pastilhas misturadas. Tinha apenas 18 anos, era um mundo novo que se abria. Foi nesse tipo de sítios, no fim de uma atuação ao vivo, que conheci os membros da banda que mais tarde integrei. Eu sabia tocar guitarra, sempre quisera ser músico profissional, falei com eles no fim, fui a alguns ensaios. Mais tarde, aceitaram-me. Foi nessa fase que surgiram as drogas mais pesadas, comecei a frequentar sítios mais escuros e pequenos, raparigas de salto alto e argolas grandes, homens de casaco de cabedal, magros, chupados, olhos semicerrados dos charros e com marcas de agulhas nos braços. Havia noites em que esquecia completamente de quem eu era, e era exatamente isso que buscava, não sabia o que ingeria ou me enfiavam nos braços, mas gostava. Entrei numa espiral de autodestruição, odiava o meu pai e a minha vida.»

A gravação acabava ali, ouvi-a várias vezes, as vozes metálicas soavam nítidas, não reconhecia a voz de quem fazia a pergunta, a outra parecia realmente a de Romeu Cavia, mas mais baixa, arranhada, sem força ou projeção, a história também batia certo com o que eu sabia dele. Não fazia ideia de quem me poderia ter enviado

aquilo, provavelmente a pessoa que fazia a pergunta no início da gravação. Fiquei a pensar no assunto. A verdade é que alguém queria que eu o fizesse.

Por isso, nessa noite, em vez de caminhar até à taberna na Praça da Figueira, como tinha o hábito de fazer, decidi pegar no carro e percorrer a ilha. Conduzi devagar, de janelas abertas, o cigarro aceso nos lábios secos. Não se via vivalma. Respirei fundo, deixando que os cheiros da noite de verão me invadissem. Passei pelo centro, depois pelo porto — ali o odor a peixe era muito intenso — e entrei numa das ruas principais, a que cobria o lado oeste da vila e onde estavam localizadas as casas de férias das famílias ricas de Lisboa, de traseiras viradas para a praia, quase todas ainda fechadas nesse início de verão.

A antiga casa dos Mariz era uma das últimas da rua, já na orla da densa floresta que percorria a colina. Estava agora em ruínas, ninguém lá voltara a viver depois do verão de 1985. O jardim encontrava-se maltratado e o portão caído nos gonzos; o telhado desabara na parte dos quartos, as janelas tinham os vidros partidos e a grossa porta ornamentada estava selada com uma corrente e um cadeado de aspeto frágil. Deixei-me ficar por ali uns minutos, enquanto terminava o cigarro. Fora há muito tempo que ali estivera, na noite de 27 de agosto desse ano maldito, quando ao passar naquela rua, vindo da redação, vira Pedro Mariz a sair de casa a chamar pelos filhos desaparecidos, encharcado até aos ossos. Abanei a cabeça, dispersando as memórias, e atirei a beata para longe. Por fim, enfiei a primeira mudança e acelerei, saindo da vila. Os faróis desalinhados iluminavam a estrada escura que a rodeava a norte. Passei pelo cruzamento que virava para a floresta e seguia para o mosteiro, mas continuei em frente. Em direção contrária, passou um carro preto. Pelo espelho retrovisor, vi-o virar para a estrada do mosteiro e desaparecer na noite. Continuei a conduzir durante cerca de dez minutos, passei pelo cruzamento que dava para o terreno dos Seixas — pensei no que seria feito deles, uns coitados, marginais da sociedade —, até chegar ao lado oeste da ilha e voltar a entrar na vila.

Ao passar pelo embarcadouro do *ferry*, virei à esquerda e, umas ruas depois, desemboquei na Praça da Figueira.

Estacionei o carro, atravessei a praça a pé e entrei no Bateau, o bar da ilha, com o seu *néon* vermelho por cima da porta. O espaço era iluminado por lanternas de luz fraca, as mesmas que se usavam em barcos. As paredes eram de madeira, repletas de fotografias antigas da ilha. Cheirava a álcool e a bafio. Algumas pessoas, na sua maioria pescadores, sentavam-se às mesas: umas sozinhas, outras em grupos. Bebiam cerveja ou bagaço, as únicas duas bebidas que ali se vendiam, ambas caseiras, produzidas nas traseiras da taberna pelo velho Grégoire. Cheguei-me ao balcão e fiz-lhe sinal. Sem falar, Grégoire pousou um copo de cerveja turva à minha frente. Provei e fiz um esgar. Era uma cerveja forte, não filtrada e amarga, com uma percentagem de álcool muito superior à cerveja comum.

Grégoire era um homem robusto, de rosto duro, mas paternal, como que convidando a confidências. Era belga. Chegara há muitos anos à ilha. Sempre corra o boato de que tinha matado um homem no porto de Antuérpia, onde trabalhara anos como estivador, e que depois fugira no porão de um barco. Escondera-se ali, naquele pedaço de terra no oceano, onde nunca ninguém se lembraria de o procurar. E ele nunca o negou. Abrira a taberna há muitos anos; já ninguém se lembrava da ilha sem aquele bar de marinheiros e álcool forte. Fora ali que eu bebera a minha primeira cerveja quando tinha 15 anos, fora ali que tivera a famosa briga em 1985, durante a qual desferira um soco no rosto de filho da puta do Nicolau Cavia, o presidente da Câmara Municipal da ilha à época, e o fizera tombar para cima das cadeiras e mesas.

Sentei-me a uma mesa e deixei-me ficar imóvel, imerso nos meus pensamentos. Uns instantes depois, senti-me observado. Olhei em volta e vi, ao fundo do bar, nas sombras de uma das mesas do canto, um homem que me olhava fixamente. Franzi o sobrolho. Não o reconhecia, nunca o vira por ali. Quando percebeu que eu o olhava de volta, desviou o olhar, mas, durante o resto da noite, apanhei-o

muitas vezes a observar-me. Uma hora depois, ele levantou-se. Com movimentos rápidos, pagou a conta e saiu da taberna. Nesse momento, dirigi-me para o balcão.

— Grégoire, conheces o homem que acabou de sair?

— Não — respondeu. — Sei apenas que é estrangeiro e que chegou há uns dias à ilha. Disseram-me que anda por aí com uma câmara às costas, a filmar e a importunar as pessoas com perguntas sobre o passado. Quando o confrontei sobre o que fazia por aqui, respondeu que trabalhava para a televisão. Porque é que perguntas?

— Por nada — respondi, mas disse a mim mesmo que não devia voltar a sair sozinho sem a arma. Tudo aquilo era suspeito, estaria ligado ao envelope que recebera?

*

Na noite seguinte, a situação repetiu-se. Entrei na taberna, pedi uma cerveja e sentei-me sozinho a uma mesa. Ao longe, à mesa da noite anterior, vi o homem a fitar-me. Quando percebeu que eu notara o seu olhar inquisidor, levantou-se e aproximou-se, sentando-se à minha mesa com o copo de cerveja diante de si. Cumprimen-tou-me com um aceno de cabeça delicado.

— Vi-te na televisão há uns anos por causa daquele caso de pedofilia em Lisboa — disse ele.

Acenei, sem nada dizer, e levei a cerveja aos lábios, terminando o copo. O homem falava com um estranho sotaque estrangeiro, parecia a voz do áudio que ouvira no dia anterior.

— Não me apresentei. O meu nome é Elias Rufino.

— Ademar Leal, mas isso já deves saber.

Ele aquiesceu. Cruzei os braços junto do peito.

— Posso pagar-te mais uma cerveja?

— Sim... — hesitei.

Ele levantou-se e pediu duas cervejas ao balcão. Observei-o com atenção. O cabelo era grisalho, as olheiras pesadas, mas não parecia

ter mais de 40 anos. Tinha ombros largos e um corpo forte, não ostentava nenhum traço distintivo. Uns instantes depois, regressou com duas cervejas na mão e sentou-se. Empurrou um dos copos na minha direção.

— És um *avec*? — perguntei, sem disfarçar o sarcasmo na voz.

— Um quê?

— Se és um *avec*, um emigrante francês?

Ele riu-se.

— Porque é que perguntas?

— Pelo teu sotaque e pelas roupas que usas.

— O que têm as minhas roupas?

— Nunca foram moda aqui, são as roupas de um forasteiro ou de alguém disfarçado.

— Disfarçado? Não estou disfarçado. Venho de Paris, mas não sou emigrante. Nasci em França, os meus pais é que são os emigrantes da história. Saíram muito novos de Portugal, para fugir à ditadura e à perseguição política.

— Estou a ver... O que queres de mim? — perguntei, baixando o tom de voz e aproximando-me. Agarrei-lhe o pulso com força contra a mesa. — Alguém te mandou ameaçar-me? Há quase dois anos que não estou no ativo, porque mandariam alguém agora? — perguntei.

— Calma! — respondeu ele. Tentou afastar a mão, mas eu fiz ainda mais pressão contra a mesa; tinha força. — Isso é que é ir direto ao assunto... — gracejou, mas notei que ele ficara nervoso. O seu rosto perdera a confiança com que me abordara, parecia agora perturbado.

— Não gosto que desconhecidos se sentem à minha mesa e comecem com conversa da treta. Estou nisto há muito tempo. Ou dizes o que queres ou vou-me embora!

— É justo — disse ele, uns instantes depois. — Não te vim ameaçar nem ninguém me mandou. Sou um simples documentarista — explicou —, represento uma importante cadeia de televisão francesa, a qual não estou autorizado a divulgar para já. Estou

na ilha a preparar um documentário sobre o verão de 1985 e os desaparecimentos do dia 27 de agosto.

— Porque é que esse caso interessa a uma televisão francesa?

— Os casos não deixam de ser mediáticos só porque passaram quase 30 anos. Pelo contrário, com o tempo, ainda mais mediáticos se tornam. O programa que estou a preparar é sobre casos antigos que nunca foram resolvidos, como este, em que as crianças nunca foram encontradas, apesar de o culpado ter sido preso na época.

— Foste tu que me enviaste um envelope com um *CD-ROM*? — tinha a pergunta a queimar-me a língua.

— Sim — respondeu. — Queria aguçar a tua curiosidade antes de te abordar sobre o assunto.

Olhava-me com olhos perspicazes, as faces quentes.

— O caso foi resolvido — retorqui, instantes depois.

— Mas os corpos nunca foram encontrados.

— E o que é que isso tem a ver comigo?

— Quero entrevistar-te sobre a noite em que eles desapareceram... Bem, já me podes largar, não?

Hesitei, mas larguei-o. Afastei-me, voltei a cruzar os braços diante do peito.

— A mim? Porquê?

— Pelo que li sobre o caso, foste o primeiro a chegar ao local do crime e a ajudar os pais das crianças.

— Não fui o primeiro a chegar ao local do crime. Eu estava a passar no local por acaso. São coisas diferentes. Foi aí que vi o Pedro Mariz sair de casa aos berros, a chamar pelos filhos, e parei para perceber o que se passava.

— E o que se passava?

Levei o copo de cerveja aos lábios e bebi-o de um trago. Limpei a boca com as costas da mão.

— Há coisas que devem ficar no passado, e esta é uma delas — disse, em jeito de despedida, enquanto me levantava.

— Já te vais embora?

— Não tenho mais nada a dizer.

— Não respondeste à pergunta

— Nem vou responder.

— Porquê? — perguntou.

Não respondi, mas pensei: «Vai-te foder.» Atravessei o bar e saí. Atrás de mim, ouvi a porta a abrir-se, passos a aproximarem-se. Virei-me quando os senti demasiado próximos. Sentia mais do que nunca a pressão do coldre do revólver junto ao corpo, por debaixo do casaco de camurça coçado. Elias deteve-se à minha frente.

— Responde-me apenas a uma questão! — pediu ele, as luzes em *néon* vermelho refletidas no rosto preocupado.

— Qual?

— O que achas que lhes aconteceu?

— A quem?

— Às crianças.

— Não sei... ninguém sabe, mas o Romeu Cavia foi condenado por isso, confessou que as raptou e matou — respondi, por fim. — Não me voltes a procurar. E tem cuidado! — acrescentei. — Aqui não gostamos de desconhecidos, muito menos de desconhecidos metedidos, com roupas estranhas que se sentam às mesas dos outros. Volta para casa.

Caminhei até ao carro e conduzi até casa. Sentei-me no alpendre das traseiras, no escuro, em silêncio, com uma garrafa de cerveja fresca na mão. Cheirava a mar. Fechei os olhos e inspirei fundo, tentando recuperar a calma. Ao longe, os sinos da igreja tocaram, ouviu-se um apito de um barco no mar. Estava confiante de que não me deixaria levar por aquele caso de novo, mas ignorava os acontecimentos dramáticos que me levariam a mergulhar 27 anos no passado.

UMA ILHA FUSTIGADA POR UMA TEMPESTADE DURANTE A NOITE. TRÊS DESAPARECIDOS. UM CULPADO. ONDE ESTÃO OS CORPOS?

Verão. 27 de agosto de 1985. Numa noite de tempestade, duas crianças e a sua cuidadora, Beatriz — uma adolescente de dezasseis anos —, desaparecem da casa de férias dos Mariz, uma família abastada de Lisboa, ligada à banca, na pequena Ilha do Poço Negro.

Quando os pais regressam depois de jantar, encontram a casa vazia e sinais de luta e sangue. Em pânico, e com a ajuda de Ademar Leal — um jovem jornalista que passava na rua a caminho de casa —, contactam as autoridades. A ilha está isolada devido à tempestade, as buscas decorrem toda à noite, sem sucesso. De manhã, após a tempestade passar, uma dupla de inspetores da Polícia Judiciária chega à ilha para investigar. A população acorda em choque e acolhe as forças da autoridade com desconfiança; jornalistas invadem a ilha: o caso torna-se mediático.

Dias depois, o violento namorado de Beatriz é preso. Todas as provas apontam para ele, mas são circunstanciais. É então que confessa os crimes e é condenado.

Até que, em 2012, um documentarista estrangeiro chega à ilha com novas provas sobre o caso e entra em contacto com Ademar Leal — jornalista caído em desgraça, atormentado pela investigação que o tornou famoso —, entretanto regressado à ilha.

O QUE SE PASSOU NO VERÃO DE 1985?



Penguin
Random House
Grupo Editorial

penguinlivros.pt

  [penguinlivros](https://www.facebook.com/penguinlivros)

ISBN: 978-989-589-836-7



9 789895 898367